

Direitos Humanos: a escola em face do princípio da igualdade

José Sérgio Carvalho

FE USP

- 1. A polissemia da noção de Direitos Humanos: a noção de igualdade universal como seu princípio político nuclear.*
- 2. O ideal republicano de educação como forma de efetivação do princípio da igualdade.*
- 3. Um marco fundador: “O Espírito das Leis” (1748) de Montesquieu.*

Algumas observações sobre a obra:

1. O caráter político das comunidades humanas e os três regimes de governo:

1.1 A República e a soberania do povo

1.2 A monarquia: governo de um só, mas fundado em leis estáveis

1.3 O despotismo: o governo de um só, sujeito aos caprichos pessoais de um governante, em geral “voluptuoso e ignorante”.

“Nenhuma forma de governo subsiste se faltar a paixão que lhe serve de suporte”

A cada forma de governo corresponde um princípio que lhe empresta força e legitimidade; daí a importância da educação que funda e cultiva cada um desses princípios

- A honra como princípio motor da ordem monárquica (modo de vida)
- Uma educação marcada antes pelo exemplo e pela impregnação do que por instituições; voltada para o estabelecimento de distinções entre indivíduos e estamentos e não pelo vínculo entre cidadãos:
- *“[nas monarquias] ...as ações dos homens não são julgadas como boas, mas sim como belas; não como justas, mas sim como grandes; não como razoáveis, mas sim como extraordinárias”.*

O medo como princípio motor do despotismo

A educação no despotismo:

Uma preocupação secundária, pois basta difundir o temor entre os súditos e um conjunto de princípios religiosos e morais bem simples.

Na verdade, há o fomento da ignorância, não só entre os súditos, mas também entre os governantes, uma vez que estes “não precisam deliberar, duvidar, nem raciocinar; só precisam querer”

“E por que [no despotismo] a educação se esforçaria para formar um bom cidadão? Ora, se ele amasse ao Estado ficaria tentado a sabotar o governo....”

A virtude (o amor à igualdade) como princípio motor da república

No governo republicano a educação – e particularmente em sua forma pública e institucional, a escola – é um elemento crucial da vida política:

É no governo republicano que se precisa de todo o poder da educação. O temor dos governos despóticos nasce espontaneamente entre as ameaças e os castigos; a honra das monarquias é favorecida pelas paixões e as favorece; mas a virtude política é uma renúncia a si mesmo, que é sempre algo muito difícil ...[porque] exige que se prefira continuamente o interesse público ao seu próprio interesse.

A educação exige mais do que a aprendizagem de competências e habilidades: requer a transmissão de uma paixão: o princípio da igualdade

“...se temos o poder de transmitir nossos conhecimentos a nossos filhos; temos o poder ainda maior de transmitir-lhes nossas paixões”

O desafio do legado de Montesquieu

Um princípio não carrega em si as regras de sua aplicação prática.

Como concretizar o ideal de cultivo da igualdade como princípio da escola republicana?

A igualdade de oportunidades como princípio da escola liberal republicana.

A igualdade de oportunidades e a valorização dos méritos individuais como fundamentos legítimos para a divisão desigual de riquezas e de prestígio social.

O problema da educação residiria, pois, na implementação de políticas públicas de educação que garantissem a universalidade do acesso à escola e a imparcialidade de seus critérios de seleção, de forma que todos pudessem, ao menos em princípio, concorrer em igualdade de condições.

Conquistas e desilusões da igualdade de oportunidade como princípio operativo da escola

A universalização do acesso à educação básica na segunda metade do século XX

Uma democratização seletiva (fatores externos e internos da seletividade escolar):

O contexto social e hábitos culturais têm efeitos expressivos na competição por diplomas, carreira e prestígio (herança cultural como capital escolar)

A não fidedignidade dos meios pelos quais os sistemas escolares se propõem a efetivar uma seleção que se pretende meritocrática (arbitrário cultural das escolhas escolares)

Os impactos das críticas ao ideal da igualdade de oportunidades

O ideal da igualdade de oportunidades não mais como *fato*, mas como *horizonte normativo* a ser constantemente corrigido por medidas de justiça distributiva (cotas, inclusão de práticas culturais ignoradas ou menosprezadas pelas escolas).

A denúncia (teorias reprodutivistas) da igualdade de oportunidades como artil ideológico gerou um ceticismo que transformou a correlação estatística em destino inexorável, a explicação do fracasso escolar migra da ideologia do dom para a ideologia do capital cultural.

As pedagogias histórico críticas como resposta ao ceticismo: emancipação social como princípio da igualdade

A tarefa do educador crítico: desvelar os ardis ideológicos que mascaram a desigualdade social e escolar e construir as bases de uma igualdade futura.

Segundo Giroux, a pedagogia crítica exige do professor *uma espécie de diálogo e crítica que **desmascare** a tentativa da cultura escolar dominante de fugir da história, e que questione as suposições e práticas que informam as experiências vividas na escolarização cotidiana ... de forma a revelar a **distinção** entre a **realidade** e as condições que escondem a realidade*

Virtudes e contraias dições das pedagogias histórico-críticas

1. A atenção à alienação em relação aos mecanismos de poder da sociedade e da escola.
2. O velho paradoxo platônico: o caminho para a emancipação e a liberdade pressupõe uma ortopedia do olhar, que o direciona a partir de um outro.
3. A igualdade permanece como um objetivo a ser alcançado ao final de um longo percurso, que sempre deixa muitos pelo caminho

A crítica de Rancière à noção de igualdade como objetivo

1. Ao tomar para si a tarefa de explicar o real o professor não afirma a desigualdade como um fato?
2. Ao projetar a igualdade como um objetivo a ser alcançado no futuro, essa lógica explicativa não negaria a igualdade como possibilidade encarnada no presente?
3. Não poderia o professor, ao invés de prometer a igualdade, verificá-la como possibilidade no presente (a experiência de Jacotot como inspiração)

A aprendizagem da língua materna como experiência de verificação da igualdade de todos com qualquer um

No rendimento desigual das diversas aprendizagens intelectuais, o que todos os filhos dos homens aprendem melhor é o que nenhum mestre lhes pode explicar – a língua materna. Fala-se a eles, e fala-se em torno deles. Eles escutam e retêm, imitam e repetem, erram e se corrigem, acertam por acaso e recomeçam por método, e, em idade muito tenra [...] são capazes, quase todos – qualquer que seja seu sexo, condição social e cor de pele – de compreender e de falar a língua de seus pais.

A arbitrariedade das desigualdades se funda na igualdade primeira: os homens são seres de fala

A igualdade não como um fato, mas como uma
produção

É, pois, a partir da assunção da igualdade que a produzimos, tomando-a como um potencial a ser desenvolvido no presente, e não como um destino futuro que sempre nos escapa.

Igualdade e emancipação não decorrem, pois, da posse de um saber gradativamente adquirido, mas de uma forma específica de relação que os homens e mulheres estabelecem entre si e com os objetos materiais e simbólicos de uma cultura.

A escola como potência de produção de igualdade

A escola não toma a igualdade como um objetivo, para o qual ela seria um meio. Ela não iguala por seu conteúdo – a ciência com seus supostos efeitos de redistribuição social – mas por sua forma. A escola pública democrática já é redistribuição: ela subtrai do mundo desigual da produção uma parte de suas riquezas, para dedicá-la ao luxo que representa a constituição de um espaço-tempo igualitário. Se a escola muda a condição social dos alunos, é principalmente porque ela os faz participar de seu espaço-tempo igualitário, separado das exigências do trabalho.

O desafio da igualdade

O desafio que o pensamento de Rancière lega aos profissionais da educação é, pois, o de forjar as condições de possibilidade para que a experiência escolar possa se configurar como um tempo e um espaço de verificação e atestação da igualdade como potência inscrita no presente, e não como um desígnio a ser realizado em um futuro; como um tempo e um espaço formativo no qual possam emergir práticas que não se concebem como “meios” para se chegar à igualdade, mas como “formas” de emancipar as inteligências para que elas se reconheçam e se enunciem como iguais. Trata-se, pois, de fazer da escola uma *potencial experiência de verificação da igualdade*, que, em meio aos discursos de ódio e de armas que hoje dominam nossa sociedade, se constitua como uma oásis no qual professores e alunos possam cultivar a livre tomada da palavra e o amor à igualdade como princípios do viver uns junto aos outros em uma ordem republicana e democrática.